



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

EMANUEL TAVARES DE MOURA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CARIRI CEARENSE:
DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO OMNILATERAL NA ERA DIGITAL**

SALGUEIRO-PE

2026



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

EMANUEL TAVARES DE MOURA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CARIRI CEARENSE:
DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO OMNILATERAL NA ERA DIGITAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, como parte dos requisitos para a conclusão do curso de Especialização Em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Duim Rufato

SALGUEIRO-PE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M929 Moura, Emanuel Tavares de.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CARIRI CEARENSE:
DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO OMNILATERAL NA ERA DIGITAL / Emanuel
Tavares de Moura. - Salgueiro, 2026.
35 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação
Profissional e Tecnológica) -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2026.
Orientação: Prof. Dr. Fabrício Duim Rufato.

1. Educação Profissional. 2. Desigualdade Digital. 3. Educação Pública. 4.
Formação Docente. 5. Inclusão Digital. I. Título.

CDD 370.113



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

EMANUEL TAVARES DE MOURA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CARIRI CEARENSE:
DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO OMNILATERAL NA ERA DIGITAL**

Relatório de Formação apresentado ao curso Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica do IF Sertão PE, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 21/03/2026

NOTA: 9,6

BANCA EXAMINADORA

Fabrício Duim Rufato
Prof. Orientador
Doutor em Educação
IF Sertão Pernambuco

Omar dos Santos Silva
Prof. Mestre em Administração
IF Sertão Pernambuco

Vinicius Rufino Leal
Prof. Mestre em Filosofia
UNIMEO

SALGUEIRO-PE

2026

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à minha mãe, que sempre desejou que eu me tornasse
docente.*

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, por todas as oportunidades ofertadas a mim ao longo da minha vida. Aos meus familiares e amigos, em especial a minha mãe, pelo incentivo aos estudos e ao crescimento profissional, nunca permitindo que as condições financeiras ou a posição social fossem limitadores para o meu desenvolvimento.

Aos meus Professores, que foram a base do meu conhecimento e me ajudaram chegar até aqui e a continuar o meu processo formativo meio a tantas dificuldades, em especial ao Prof. Handherson, Prof^a Eliza, Prof. Marcos, Prof. Paulo, Prof. Omar e ao meu orientador, Prof. Fabrício.

*“Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza;
e temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”*
Boaventura de Sousa Santos

RESUMO

A desigualdade digital tem se configurado como um dos principais desafios para a garantia do direito à educação na contemporaneidade, tornando-se particularmente evidente durante o período de ensino remoto emergencial adotado em decorrência da pandemia da COVID-19. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo refletir, a partir de uma abordagem autobiográfica, sobre as dificuldades enfrentadas por estudantes da rede pública diante das limitações de acesso às tecnologias digitais necessárias para a participação em atividades educacionais mediadas por recursos tecnológicos. A pesquisa fundamenta-se na metodologia autobiográfica, compreendida como um processo investigativo que valoriza as experiências, memórias e trajetórias formativas do pesquisador como fontes legítimas de produção de conhecimento. A análise parte da reconstrução de minha trajetória escolar e formativa em instituições públicas de ensino, articulando essas experiências às reflexões desenvolvidas ao longo do curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica. O estudo também considera o contexto territorial da região do Cariri cearense, com destaque para o município de Brejo Santo, discutindo como as desigualdades sociais e estruturais presentes em regiões do interior nordestino influenciam o acesso às tecnologias educacionais. Além disso, são analisadas as contribuições das disciplinas cursadas durante a especialização para a compreensão crítica da relação entre educação, trabalho, tecnologia e inclusão social. Os resultados evidenciam que a desigualdade digital constitui uma manifestação das desigualdades sociais historicamente presentes na sociedade brasileira, impactando diretamente o acesso, a permanência e o processo de aprendizagem de estudantes da rede pública. Conclui-se que o enfrentamento dessa problemática exige a implementação de políticas públicas voltadas à ampliação da inclusão digital, ao fortalecimento da formação docente e à democratização do acesso às tecnologias educacionais. Nesse cenário, a Educação Profissional e Tecnológica apresenta-se como um espaço estratégico para a promoção de práticas educativas mais inclusivas, críticas e socialmente comprometidas.

Palavras-chave: desigualdade digital; educação pública; inclusão digital; educação profissional e tecnológica; formação docente.

ABSTRACT

Digital inequality has been identified as one of the main challenges to guaranteeing the right to education in contemporary times, becoming particularly evident during the period of emergency remote learning adopted as a result of the COVID-19 pandemic. In this context, this work aims to reflect, from an autobiographical approach, on the difficulties faced by students in the public school system due to limitations in access to digital technologies that enable participation in educational activities mediated by technological resources. The research is based on autobiographical methodology, focused as an investigative process that values the researcher's experiences, memories, and formative trajectories as legitimate sources of knowledge production. The analysis begins with an investigation of my own school and formative trajectory in public educational institutions, articulating these experiences with reflections made throughout the Specialization course in Teaching in Professional and Technological Education. The study also considers the territorial context of the Cariri region of Ceará, with emphasis on the municipality of Brejo Santo, discussing how the social and structural inequalities present in the interior regions of Northeast Brazil influence access to educational technologies. Furthermore, the contributions of the subjects studied during the specialization to a critical understanding of the relationship between education, work, technology, and social inclusion are demonstrated. The results show that digital inequality constitutes a manifestation of the social inequalities historically present in Brazilian society, directly impacting the access, retention, and learning process of students in the public school system. It is concluded that addressing this problem requires the implementation of public policies aimed at expanding digital inclusion, strengthening teacher training, and democratizing access to educational technologies. In this scenario, Professional and Technological Education presents itself as a strategic space for promoting more inclusive, critical, and socially committed educational practices.

Keywords: Digital inequality; public education; digital inclusion; vocational and technological education; teacher training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de planejamento do Cariri Cearense	13
Figura 2: Fluxograma de construção do memorial formativo e análise da desigualdade digital.....	15
Figura 3: Organograma dos impactos da tecnologia na formação educacional	20
Figura 4: Fluxograma dos processos de vulnerabilidade cognitiva frente à informação	22

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	14
<i>2.1 Objetivo geral</i>	14
<i>2.2 Objetivos específicos</i>	14
3. DESENVOLVIMENTO	15
<i>3.1 Narrativas do processo formativo</i>	16
<i>3.2 Experiências e vivências na Educação Profissional e Tecnológica</i>	17
<i>3.3 Reflexões sobre a formação acadêmica no curso</i>	21
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem sido historicamente marcada por profundas desigualdades sociais que se refletem diretamente nas condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes. Essas desigualdades não se manifestam apenas nas condições materiais das instituições escolares, mas também nas oportunidades de acesso ao conhecimento e aos recursos educacionais disponíveis para diferentes grupos sociais. Nesse contexto, a educação assume papel fundamental na promoção da justiça social, uma vez que, conforme destaca Paulo Freire (1996), o processo educativo deve contribuir para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua realidade, capazes de compreender e transformar o mundo em que vivem.

Entre os diversos fatores que contribuem para a reprodução das desigualdades educacionais na sociedade contemporânea, destaca-se a desigualdade digital, fenômeno que tornou-se ainda mais evidente durante o período de ensino remoto emergencial adotado em decorrência da pandemia da COVID-19. A rápida implementação de atividades educacionais mediadas por tecnologias digitais revelou uma realidade que já existia, mas que muitas vezes permanecia invisibilizada: uma parcela significativa dos estudantes da rede pública brasileira não dispõe de acesso adequado às tecnologias digitais necessárias para acompanhar as atividades escolares em ambientes virtuais de aprendizagem.

A desigualdade digital constitui um dos principais desafios para a democratização do acesso à educação no Brasil, apresentando diferenças significativas entre as regiões do país. Pesquisas sobre o uso das tecnologias da informação na educação indicam que estudantes das regiões Norte e Nordeste enfrentam maiores limitações no acesso à internet e a dispositivos eletrônicos adequados para atividades educacionais. De acordo com a pesquisa TIC Educação, realizada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (CETIC.br), apenas cerca de 78% dos alunos dessas regiões possuem acesso à internet, percentual inferior ao observado em regiões mais desenvolvidas do país, como Sudeste e Sul. Além disso, muitos estudantes dependem exclusivamente do telefone celular para acessar a rede, e uma parcela significativa não possui computador ou tablet em casa,

o que limita a realização de atividades escolares mais complexas em ambientes digitais (CETIC.br, 2022).

A ausência de dispositivos eletrônicos adequados, a precariedade do acesso à internet e as limitações das condições de estudo nos ambientes domésticos são obstáculos significativos para milhões de estudantes em todo o país. Essa situação evidenciou que o acesso às tecnologias digitais passou a constituir um elemento central para a garantia do direito à educação na contemporaneidade, especialmente em contextos de ensino mediado por tecnologias.

Nesse cenário, torna-se fundamental refletir sobre o papel da educação pública na redução das desigualdades sociais e na promoção de oportunidades educacionais mais equitativas. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essa discussão ganha ainda mais relevância, uma vez que essa modalidade educacional busca articular formação humana, científica e tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para sua inserção crítica no mundo do trabalho. Conforme destaca Moura (2016), a EPT deve estar comprometida com uma formação que ultrapasse a dimensão meramente técnica, promovendo uma educação que integre conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais.

Nessa perspectiva, a Educação Profissional e Tecnológica tem sido compreendida como um campo estratégico para a construção de uma formação integral dos sujeitos, articulando educação, trabalho, ciência e tecnologia. De acordo com Frigotto (1989), a relação entre trabalho e educação constitui elemento central para compreender os processos formativos na sociedade contemporânea, uma vez que o trabalho não deve ser entendido apenas como atividade produtiva, mas também como princípio educativo que contribui para a formação crítica e emancipadora dos indivíduos.

Complementando essa perspectiva, Ramos (2008) destaca que a proposta de formação integrada na Educação Profissional e Tecnológica busca superar a histórica dualidade existente na educação brasileira, que tradicionalmente separou a formação geral da formação profissional. Nesse sentido, a integração entre conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais constitui elemento fundamental para a construção de uma educação que promova o desenvolvimento pleno dos estudantes.

A escolha desta temática está profundamente relacionada à minha trajetória

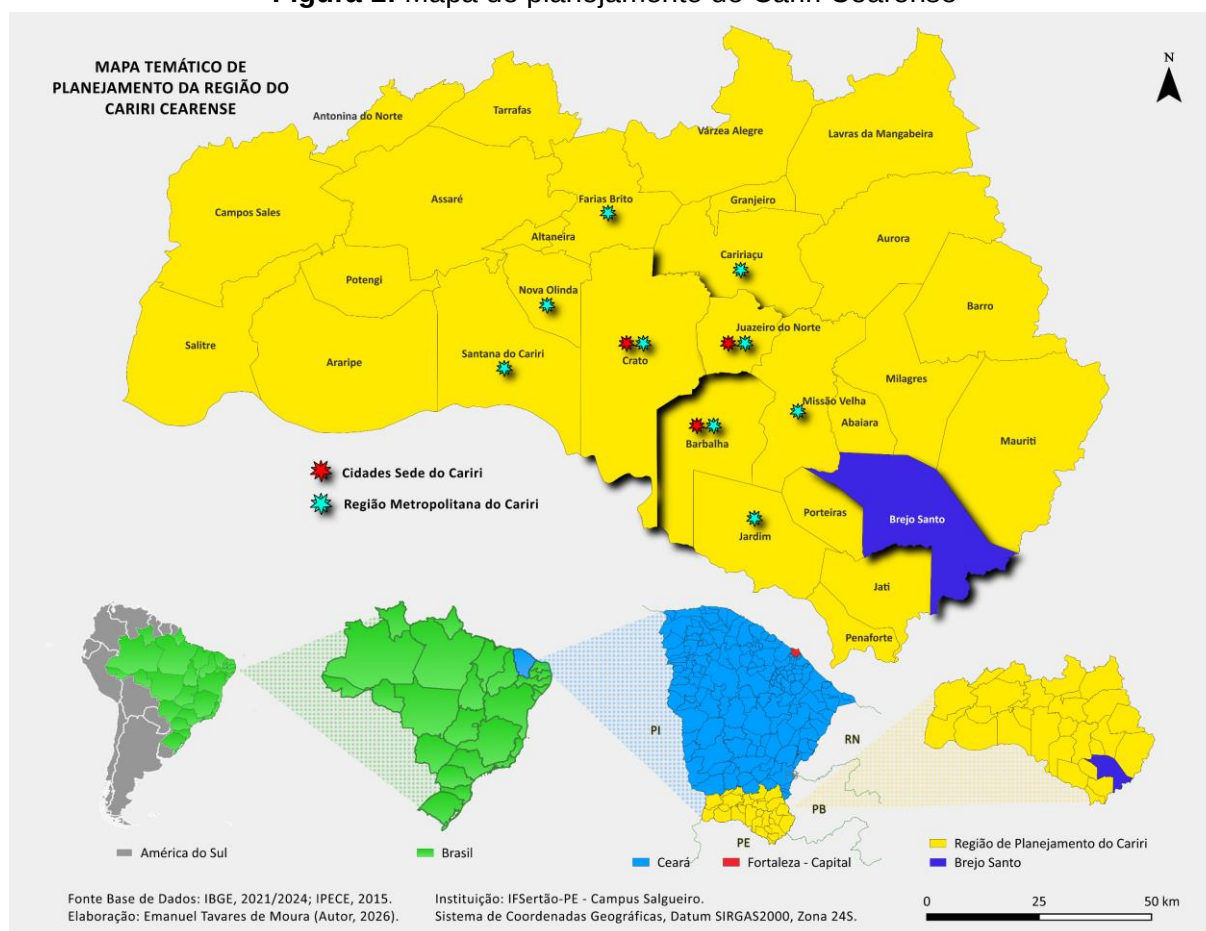
pessoal e educacional. Ao longo da minha formação, vivenciada em instituições públicas de ensino e instituições privadas através de bolsa de estudos, tive contato direto com as limitações estruturais enfrentadas por muitos estudantes brasileiros. Minhas experiências geraram inquietações sobre as disparidades no sistema de ensino, o caráter emancipatório da educação e a ambivalência do uso das tecnologias no contexto pedagógico.

Essa reflexão tornou-se ainda mais intensa durante o período de ensino remoto emergencial, quando ficou evidente que muitos estudantes da rede pública enfrentavam grandes dificuldades para acompanhar as atividades escolares. Em diversas situações, o único recurso disponível para o acesso às aulas e às atividades escolares era um telefone celular compartilhado entre vários membros da família, frequentemente com acesso limitado à internet. Tal realidade evidenciou que as desigualdades digitais representam um obstáculo significativo para a efetivação do direito à educação.

Nesse contexto, este trabalho adota a pesquisa autobiográfica como abordagem metodológica, buscando compreender a problemática da desigualdade digital a partir das experiências vivenciadas ao longo da minha trajetória educacional, bem como das reflexões desenvolvidas durante o curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Além disso, a análise aqui elaborada considera o contexto territorial em que essas experiências ocorreram, especialmente a região do Cariri cearense e o município de Brejo Santo, espaço de vivência e formação do autor (**Figura 1**). A região do Cariri localiza-se no sul do estado do Ceará e constitui uma importante região de planejamento estadual. De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), essa região reúne vinte e nove municípios e apresenta significativa diversidade socioeconômica, caracterizada pela presença de centros urbanos dinâmicos e municípios com características predominantemente rurais (IPECE, 2015).

Figura 1: Mapa de planejamento do Cariri Cearense



Fonte: Autor (2026).

Entre esses municípios encontra-se Brejo Santo, cidade situada no extremo sul do estado do Ceará, próxima às divisas com os estados de Pernambuco e Paraíba. O município desempenha papel relevante na dinâmica regional, especialmente nas atividades de comércio, serviços e produção agropecuária, que contribuem para sua importância econômica no contexto regional. Ao mesmo tempo, como ocorre em muitos municípios do interior nordestino, a população enfrenta desafios relacionados ao acesso a serviços públicos, infraestrutura e oportunidades educacionais, refletindo desigualdades territoriais ainda presentes em diversas regiões do país (IBGE, 2023; IPECE, 2014).

Compreender essa realidade territorial é fundamental para analisar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes da rede pública, sejam eles do ensino regular ou modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), durante o período de ensino remoto, uma vez que a desigualdade digital não pode ser dissociada das condições sociais, econômicas e estruturais que caracterizam diferentes regiões do

país.

Assim, este trabalho busca refletir sobre as implicações da desigualdade digital no processo educativo, articulando a trajetória formativa do autor às discussões teóricas desenvolvidas ao longo do curso de especialização, com o objetivo de contribuir para o debate sobre inclusão digital, democratização do acesso à educação, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, das realidades educacionais vivenciadas em regiões do interior nordestino e dos limites do uso de tecnologias frente às fragilidades da qualidade do ensino presencial e remoto.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Refletir, a partir de uma abordagem autobiográfica e teórica, sobre os impactos da desigualdade digital na região do Cariri cearense, analisando como a precariedade de acesso e a falta de mediação docente desafiam a formação dos estudantes da rede pública.

2.2 Objetivos específicos

- Relatar a trajetória pessoal e formativa no Cariri, identificando os marcos que despertaram o olhar crítico para a exclusão digital durante a Especialização;
- Discutir as duas faces da desigualdade digital: o isolamento por falta de recursos e a simplificação cognitiva por uso acrítico, sob a ótica da realidade educacional cearense;
- Relacionar os pressupostos teóricos da EPT (como omnilateralidade e mediação) com as experiências observadas, visando a proposição de um letramento digital crítico;
- Sintetizar as aprendizagens do curso de Docência EPT, consolidando uma postura pedagógica voltada para a emancipação e justiça social no contexto regional.

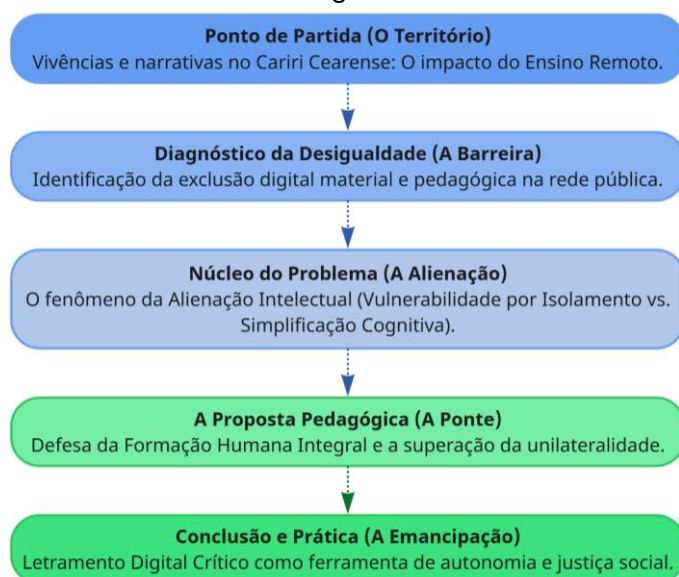
3. DESENVOLVIMENTO

Este trabalho fundamenta-se na pesquisa autobiográfica, abordagem metodológica que reconhece as narrativas de vida como importantes fontes de produção de conhecimento sobre processos educacionais. Segundo Abrahão (2024), essa perspectiva permite que a trajetória pessoal do pesquisador torne-se elemento central para a compreensão de fenômenos sociais e educativos, uma vez que o sujeito que narra sua história reconstrói a própria experiência, transformando-a em objeto de estudo e saber científico.

Nesse contexto, segundo Passeggi (2003), a escrita autobiográfica constitui um processo formativo que permite ao sujeito reinterpretar suas experiências e atribuir novos sentidos ao vivido. Ademais, as narrativas de vida possibilitam compreender como os percursos individuais se articulam com contextos históricos, sociais e culturais mais amplos (Delory-Momberger, 2012).

Assim, neste trabalho, as experiências vividas ao longo da minha formação escolar e acadêmica são revisitadas e analisadas à luz de referenciais teóricos sobre educação, desigualdade social e inclusão digital. O fluxograma a seguir apresenta as etapas e ordem da construção do memorial formativo (**Figura 2**).

Figura 2: Fluxograma de construção do memorial formativo e análise da desigualdade digital



Fonte: Autor (2026).

O fluxograma representa a síntese de uma trajetória formativa que utiliza a pesquisa autobiográfica para analisar como a desigualdade digital no Cariri, agravada pelo contexto da pandemia, impede o acesso pleno ao saber sistematizado. No centro da análise, o diagrama demonstra que a falta de mediação docente resulta em uma alienação intelectual que se manifesta tanto pelo isolamento quanto pela simplificação cognitiva, dificultando a construção de uma inteligência coletiva. Como caminho de superação, o fluxo propõe a adoção de uma formação humana integral e omnilateral, integrada ao ensino médio, culminando em uma prática docente voltada para o letramento digital crítico como ferramenta de emancipação, autonomia e justiça social.

3.1 Narrativas do processo formativo

Minha trajetória educacional foi construída integralmente no contexto da escola pública durante os ensinos fundamental e médio, e instituição privada durante a formação superior subsidiada pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI). Ao longo desse percurso, tive contato com diferentes realidades educacionais que contribuíram para a formação de minha visão crítica sobre os desafios enfrentados pela educação brasileira.

Desde os primeiros anos de escolarização, percebi que muitos estudantes enfrentavam dificuldades relacionadas à falta de recursos didáticos, infraestrutura limitada e condições socioeconômicas desfavoráveis. Essas experiências despertaram em mim reflexões sobre o papel da educação na promoção de oportunidades e na redução das desigualdades sociais.

Durante minha formação acadêmica, o contato com debates sobre políticas educacionais, inclusão social e democratização do acesso ao conhecimento ampliou minha compreensão sobre as desigualdades presentes no sistema educacional brasileiro. Nesse processo, tornou-se cada vez mais evidente que o acesso às tecnologias digitais representa atualmente um dos principais fatores que influenciam as oportunidades educacionais.

A pandemia da COVID-19, com período de início e fim de emergência oficialmente declarados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) entre março de 2020 e maio de 2023, representou um momento particularmente significativo nesse processo de reflexão (OPAS, 2026). A adoção do ensino remoto emergencial

evidenciou as dificuldades enfrentadas por muitos estudantes que não possuíam acesso adequado à internet ou a dispositivos tecnológicos.

Essas experiências reforçaram minha inquietação em relação à temática da desigualdade digital e motivaram o desenvolvimento deste trabalho.

3.2 Experiências e vivências na Educação Profissional e Tecnológica

Minha aproximação com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ocorreu por meio do curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica. Ao longo dessa formação, tive a oportunidade de aprofundar reflexões acerca do papel da educação na formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente comprometidos. Tal experiência evidenciou que a prática docente na EPT ultrapassa a simples transmissão de conteúdos técnicos, exigindo uma perspectiva pedagógica comprometida com a formação humana integral e com a compreensão crítica das relações sociais.

A Educação Profissional e Tecnológica fundamenta-se na integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, buscando promover uma formação que articule conhecimentos técnicos e científicos com a compreensão crítica da realidade. Nessa perspectiva, autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) defendem que a educação profissional não deve restringir-se à formação para o mercado de trabalho, mas contribuir para o desenvolvimento de sujeitos capazes de interpretar e transformar as condições sociais em que vivem. De forma convergente, Moura (2016) e Souza *et al.* (2025) destacam que a EPT deve orientar-se pela concepção de formação humana integral, na qual o domínio técnico se articula com a reflexão crítica e com a compreensão histórica do trabalho.

De acordo com Abrahão (2024), a qualidade da educação está diretamente associada à capacidade de desenvolver processos formativos que estimulem o pensamento crítico, o raciocínio abstrato e a autonomia intelectual dos estudantes. Para a autora, tal como preconizado na teoria vygotskyana (desenvolvida na década de 1920 e 1930) o desenvolvimento do sujeito não prescinde do outro, ou seja, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como memória voluntária, pensamento conceitual e linguagem, ocorre por meio de processos de mediação social e pedagógica sistematicamente organizados no ambiente escolar (Lev

Vygotsky, 2007).

A escola, portanto, desempenha papel central na construção dessas capacidades cognitivas, que não se desenvolvem espontaneamente, mas dependem da interação com o conhecimento científico e com diferentes perspectivas de interpretação da realidade.

Entretanto, a consolidação desses princípios enfrenta desafios importantes no cenário educacional contemporâneo, especialmente diante das profundas desigualdades de acesso às tecnologias digitais. A intensificação do ensino remoto durante a pandemia do COVID-19 evidenciou tais desigualdades e revelou limitações estruturais que comprometem o direito à educação.

Estudos de Cunha, Silva e Silva (2020) apontam que o ensino remoto emergencial, embora tenha sido uma alternativa necessária naquele contexto, evidenciou fragilidades relacionadas ao acesso à internet, aos equipamentos digitais e às condições adequadas de estudo, o que impactou diretamente a qualidade do processo educativo e o exercício do direito à educação.

Essa problemática, contudo, não se restringe à região do Cariri cearense, mas reflete uma realidade que atravessa diferentes regiões do Brasil, onde as desigualdades socioeconômicas influenciam diretamente as condições de acesso às tecnologias digitais utilizadas no processo educativo. Em distintos contextos regionais, essas tecnologias têm sido incorporadas às práticas pedagógicas de formas variadas, afetando diretamente a vida acadêmica de estudantes que dependem do acesso a dispositivos, conectividade e ambientes virtuais para acompanhar as atividades escolares (Arruda, 2020).

Nesse sentido, ainda que as tecnologias digitais ampliem possibilidades de comunicação e acesso à informação, sua crescente centralidade no campo educacional suscita questionamentos acerca de seus limites pedagógicos, sobretudo quando passam a ocupar lugar central nas práticas educativas sem que sejam acompanhadas de políticas públicas e condições estruturais adequadas para garantir a equidade no acesso e na aprendizagem (Arruda, 2020).

Conforme argumenta Arruda (2020), a expansão do ensino remoto e das plataformas digitais trouxe novas possibilidades para o ensino, mas também evidenciou riscos relacionados à desigualdade de acesso e à tendência de atribuir às

tecnologias a solução para problemas estruturais da educação. Diante disso, torna-se pertinente questionar até que ponto esses recursos configuram efetivamente instrumentos pedagógicos capazes de potencializar o processo de ensino e aprendizagem ou se, em determinados contextos, passam a ser concebidos como uma espécie de “falsa salvação” para os desafios educacionais, deslocando para os recursos tecnológicos responsabilidades que pertencem às políticas públicas, às condições institucionais de ensino e à mediação pedagógica realizada pela escola.

De forma semelhante, pesquisas de Cardoso, Ferreira e Barbosa (2020), demonstram que as desigualdades de acesso às tecnologias digitais aprofundaram as disparidades educacionais durante o período de ensino remoto, dificultando a participação efetiva de muitos estudantes nas atividades escolares e ampliando as distâncias entre aqueles que possuíam condições tecnológicas adequadas e aqueles que não dispunham desses recursos.

Além da dimensão do acesso, é necessário refletir criticamente sobre a forma como as tecnologias são incorporadas às práticas pedagógicas. Em muitos contextos educacionais, a tecnologia deixa de ser apenas uma ferramenta de apoio ao trabalho docente e passa a configurar o próprio método de ensino, reorganizando as formas de produção e circulação do conhecimento. Quando isso ocorre sem uma mediação pedagógica crítica, existe o risco de reduzir a complexidade dos processos formativos, substituindo práticas reflexivas por dinâmicas centradas na rapidez do acesso à informação.

Nesse cenário, a tecnologia pode assumir um caráter ambivalente. Por um lado, amplia possibilidades de acesso ao conhecimento e à comunicação; por outro, pode favorecer processos de simplificação cognitiva e de consumo imediato de informações. Diferentemente das práticas tradicionais de estudo, nas quais o estudante percorre diferentes fontes, como livros, revistas e textos acadêmicos, confrontando ideias até construir sua própria síntese, os ambientes digitais frequentemente apresentam conteúdos já filtrados e organizados por mecanismos algorítmicos, limitando a experiência de investigação intelectual.

Essa dinâmica pode impactar diretamente o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, uma vez que o pensamento crítico e o raciocínio abstrato dependem de processos de estudo sistemático, leitura aprofundada e confronto entre

diferentes perspectivas teóricas. Nesse sentido, Picão *et al.* (2025) e Pereira e Baptista (2021), destacam que a escola mantém um papel insubstituível como espaço de mediação do conhecimento científico e de formação intelectual.

Dessa forma, torna-se fundamental que a incorporação das tecnologias na Educação Profissional e Tecnológica seja orientada por princípios pedagógicos críticos e contextualizados. Mais do que utilizar ferramentas digitais, é necessário construir práticas educativas que promovam reflexão, diálogo e autonomia intelectual. A tecnologia, portanto, deve ser compreendida como um meio que pode potencializar o processo educativo, e não como um substituto da mediação pedagógica ou da experiência formativa proporcionada pela escola.

O organograma a seguir sintetiza a dualidade da inserção tecnológica no cenário educacional, estruturando-se entre as potencialidades de democratização do saber e os riscos de aprofundamento das desigualdades sociais (**Figura 3**).

Figura 3: Organograma dos impactos da tecnologia na formação educacional



Fonte base: RAMOS, Marise Nogueira (2008); SANTOS, Boaventura de Sousa (2020).

Mapa conceitual

Emanuel Tavares de Moura, 16/03/2026

Fonte: Autor (2026).

No campo dos benefícios, o mapa conceitual destaca a tecnologia como um meio estratégico para a ampliação da comunicação e do acesso ao conhecimento

científico, servindo como ferramenta de apoio à docência e pilar da formação integral na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ao articular ciência e cultura para uma inserção crítica no mundo do trabalho.

Em contrapartida, o eixo dos malefícios evidencia a realidade da exclusão digital, onde a falta de infraestrutura e o acesso precário, muitas vezes limitado a dispositivos móveis compartilhados, transformam a tecnologia em uma barreira ao aprendizado, podendo levar à simplificação cognitiva e ao comprometimento do pensamento crítico caso não haja a mediação pedagógica adequada.

Dessa forma, o gráfico reforça que a eficácia tecnológica depende de políticas públicas de acesso e da atuação insubstituível do professor, combatendo a visão de "falsa salvação" e garantindo que o recurso técnico esteja a serviço da autonomia intelectual de crianças, jovens e adultos.

3.3 Reflexões sobre a formação acadêmica no curso

O percurso formativo desenvolvido ao longo do curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) representou um momento fundamental de introspecção e amadurecimento sobre minha trajetória acadêmica e profissional. Esta jornada possibilitou compreender, de maneira crítica, que as relações entre educação, tecnologia e desigualdade social não são meramente técnicas, mas profundamente políticas. Ao longo das disciplinas, consolidou-se a percepção de que a docência na EPT exige mais do que o domínio de conteúdos procedimentais; requer uma compreensão das dimensões históricas que atravessam os processos educativos.

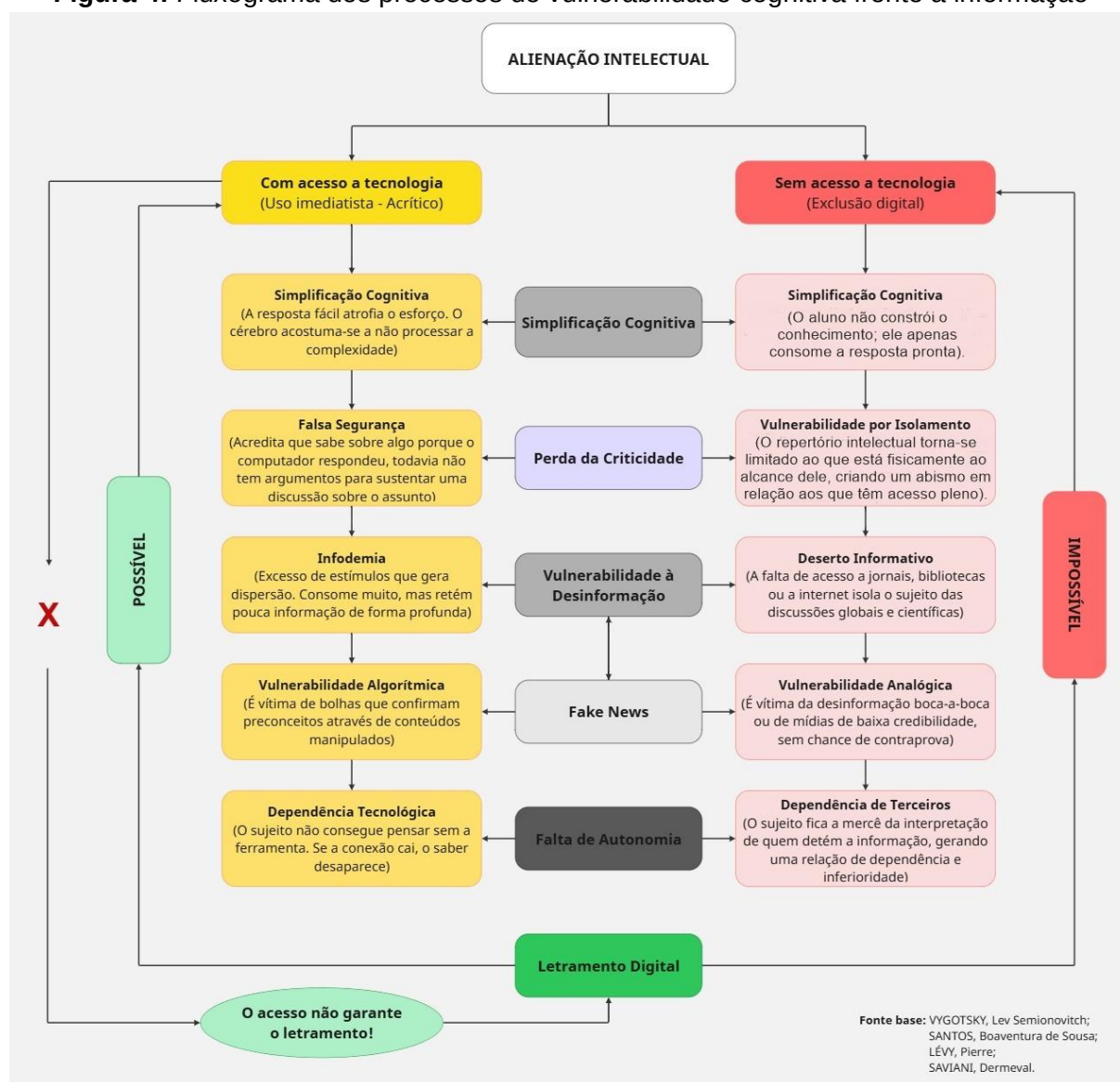
Nesse sentido, a experiência formativa contribuiu diretamente para a escolha da desigualdade digital como objeto central deste trabalho. Tornou-se evidente que as dificuldades de acesso não constituem problemas circunstanciais, mas expressam disparidades estruturais da sociedade brasileira. Conforme argumenta Paulo Freire (1996), a educação não é neutra; ela está ancorada nas condições sociais concretas dos sujeitos. Portanto, entender a educação hoje exige encarar a exclusão digital e o uso acrítico da tecnologia como faces da mesma moeda: a alienação intelectual.

Como ilustrado no fluxograma da **Figura 4**, em ambos os casos, o sujeito perde a autonomia sobre o próprio pensar. De um lado, a escassez de recursos priva o aluno

do contato com o patrimônio científico global; de outro, o excesso de facilidade e o imediatismo geram uma absorção passiva de respostas prontas, atrofiando as funções psicológicas superiores descritas por Vygotsky (2007).

As discussões desenvolvidas permitiram conectar essa realidade aos fundamentos da EPT defendidos por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) e Moura (2016). A formação humana integral e a omnilateralidade pressupõem um sujeito que domina a técnica, mas que não é dominado por ela, sendo capaz de articular ciência, trabalho e cultura de forma crítica.

Figura 4: Fluxograma dos processos de vulnerabilidade cognitiva frente à informação



Fonte: Autor (2026).

Nesse processo formativo, as disciplinas relacionadas ao planejamento pedagógico, como Projetos Político-Pedagógicos, Planos de Ensino e Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica, contribuíram significativamente para a compreensão do papel do planejamento educacional na organização das práticas pedagógicas. O Projeto Político-Pedagógico (PPP), nesse contexto, foi compreendido como um instrumento fundamental para orientar a ação educativa e garantir que as práticas escolares estejam alinhadas a um projeto coletivo de formação. Conforme argumenta Saviani (2011), a escola desempenha papel central na mediação do conhecimento sistematizado, sendo responsável por promover o acesso dos estudantes ao patrimônio cultural e científico produzido historicamente pela humanidade.

No entanto, a efetivação desse planejamento depende das condições concretas de acesso. Durante o ensino remoto, a falta de conectividade ampliou desigualdades históricas, revelando que a tecnologia, sem garantia de equidade, torna-se um vetor de segregação. (Cunha; Silva; Silva, 2020; Arruda, 2020).

Nesse contexto, a disciplina Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica desempenhou papel particularmente relevante para o desenvolvimento das reflexões apresentadas neste trabalho. A partir das discussões realizadas nessa disciplina, foi possível compreender que as tecnologias digitais não são apenas ferramentas técnicas, mas elementos que transformam profundamente as formas de produção, circulação e acesso ao conhecimento, tendo em vista que a cultura digital inaugura novas formas de interação social e de construção coletiva do conhecimento (Lévy, 1999).

Entretanto, as reflexões permitiram problematizar a "solução tecnológica" para problemas estruturais, cujas possibilidades não se distribuem de maneira igualitária na sociedade, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas à democratização do acesso às tecnologias para os estudantes. Deste modo, é imperativo compreender que a verdadeira democratização não reside apenas no "dar o acesso", mas na promoção do letramento digital. O acesso puramente técnico, desprovido de uma mediação pedagógica intencional, pode ser tão alienante quanto a sua ausência. Sem a intervenção docente para transformar a informação em conhecimento, o estudante permanece vulnerável a algoritmos e à desinformação,

distanciando-se do papel de sujeito transformador; situação esta evidenciada duante a pandemia (Arruda, 2020).

Nesse sentido, a reflexão sobre a desigualdade digital desenvolvida neste trabalho dialoga diretamente com a perspectiva de educação inclusiva discutida ao longo da disciplina Práticas Educativas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica. A inclusão educacional, nesse contexto, não se limita à garantia de acesso físico à escola, mas envolve também a criação de condições para que todos os estudantes possam participar efetivamente do processo educativo. A falta de acesso às tecnologias digitais, portanto, pode ser compreendida como uma forma contemporânea de exclusão educacional, uma vez que limita as oportunidades de aprendizagem e participação de muitos estudantes.

As disciplinas relacionadas às práticas educativas integradoras também contribuíram para ampliar a compreensão sobre a importância da interdisciplinaridade e da contextualização do conhecimento na formação dos estudantes. Na Educação Profissional e Tecnológica, a integração entre diferentes áreas do conhecimento possibilita que os estudantes compreendam os fenômenos estudados de maneira mais ampla, relacionando os conteúdos escolares às situações concretas do mundo do trabalho e da vida social.

Dessa forma, os conhecimentos construídos ao longo do curso indicam que o enfrentamento da desigualdade digital exige ações que articulem dimensões pedagógicas, institucionais e políticas. No campo pedagógico, é fundamental que as práticas adotem o letramento digital para que a tecnologia seja uma ferramenta de emancipação, e não o único meio de aprendizado, integrando outros métodos de investigação.

No plano institucional, torna-se necessário fortalecer políticas de inclusão digital que garantam acesso a equipamentos tecnológicos, conectividade e ambientes adequados de estudo para os alunos, bem como preparar e munir o corpo docente com práticas e materiais pedagógicos favoráveis ao enfrentamento dos desafios provocados pelas condições de ensino remoto.

Em última análise, estas reflexões reforçam que a EPT possui um papel estratégico na formação de sujeitos capazes de ler criticamente as transformações do mundo. Minha futura atuação docente pretende estar orientada pelo compromisso

com uma educação inclusiva e socialmente comprometida, capaz de reconhecer o potencial das tecnologias digitais, mas, sobretudo, de problematizar seus limites e contradições, combatendo a alienação e promovendo a autonomia intelectual de todos os estudantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho constituiu um processo formativo significativo, permitindo revisitar minha trajetória educacional e refletir criticamente sobre os desafios que atravessam a educação pública brasileira no contexto contemporâneo. Ao adotar a pesquisa autobiográfica como abordagem metodológica, tornou-se possível articular experiências pessoais, memórias escolares e reflexões teóricas, evidenciando como as desigualdades sociais se manifestam de forma concreta no campo educacional e influenciam diretamente as oportunidades de aprendizagem de estudantes da rede pública.

A reconstrução de minha trajetória formativa revelou que muitas das dificuldades vivenciadas por estudantes em contextos de educação pública não se configuram como situações isoladas, mas como expressões de desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, a desigualdade digital emerge como um dos desafios mais evidentes no cenário educacional contemporâneo, especialmente após o período de ensino remoto emergencial provocado pela pandemia de COVID-19. A adoção repentina de práticas educativas mediadas por tecnologias digitais evidenciou limitações relacionadas ao acesso à internet, à disponibilidade de equipamentos tecnológicos e às condições adequadas de estudo, impactando diretamente a qualidade do processo educativo.

Embora o presente estudo tenha tomado como referência territorial a região do Cariri cearense, especialmente o município de Brejo Santo, as reflexões desenvolvidas indicam que essa problemática ultrapassa os limites regionais, refletindo uma realidade presente em diferentes regiões do Brasil. Desigualdades socioeconômicas, limitações de infraestrutura e dificuldades de acesso às tecnologias digitais continuam sendo fatores que influenciam diretamente as condições de participação de muitos estudantes nas atividades educacionais.

Nesse contexto, as discussões desenvolvidas ao longo das disciplinas do curso

de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica contribuíram para ampliar a compreensão acerca das relações entre educação, tecnologia e desigualdade social. Os estudos sobre planejamento pedagógico, práticas educativas inclusivas, cultura digital, relação trabalho-educação e integração entre ensino, pesquisa e extensão possibilitaram analisar a problemática da desigualdade digital a partir de diferentes perspectivas teóricas e pedagógicas.

A partir dessas reflexões, tornou-se possível compreender que a Educação Profissional e Tecnológica possui papel estratégico na promoção de uma formação humana integral, articulando conhecimentos científicos, tecnológicos e sociais. Entretanto, as reflexões desenvolvidas neste trabalho também evidenciam a necessidade de problematizar criticamente o papel que as tecnologias digitais vêm assumindo nas práticas educacionais contemporâneas. Durante o período de ensino remoto emergencial, as tecnologias foram frequentemente apresentadas como solução para a continuidade das atividades escolares. No entanto, a experiência vivenciada por estudantes e professores demonstrou que a simples incorporação de recursos tecnológicos não garante, por si só, a qualidade do processo educativo.

A difusão da ideia de que a tecnologia constitui o único ou o principal caminho para o aprendizado pode, em determinados contextos, contribuir para fragilizar processos formativos que dependem de mediação pedagógica, reflexão crítica e interação social. A educação escolar envolve dimensões que não podem ser plenamente substituídas por plataformas digitais ou ambientes virtuais de aprendizagem. O desenvolvimento do pensamento crítico, do raciocínio abstrato e da autonomia intelectual exige processos de estudo sistemático, leitura aprofundada e contato com diferentes formas de produção do conhecimento.

Nesse sentido, torna-se importante reafirmar que as tecnologias digitais devem ser compreendidas como ferramentas pedagógicas que podem potencializar o processo educativo, mas que não substituem outras práticas fundamentais para a formação intelectual dos estudantes. A leitura de livros, jornais e revistas, a análise de documentários, a realização de pesquisas bibliográficas, as visitas de campo e o contato direto com diferentes experiências culturais e sociais continuam sendo elementos essenciais para a construção de uma formação crítica e contextualizada.

Ao longo deste trabalho, também foi possível perceber que a escrita

autobiográfica constitui importante instrumento de reflexão formativa. Revisitar memórias escolares e relacioná-las com referenciais teóricos permitiu compreender de forma mais profunda as experiências que marcaram minha trajetória educacional e contribuíram para a escolha da temática da desigualdade digital como objeto de estudo. Esse processo possibilitou não apenas a análise de uma problemática educacional relevante, mas também a construção de uma compreensão mais crítica sobre o papel social da educação e sobre os desafios que se colocam para a prática docente.

Dessa forma, conclui-se que o enfrentamento da desigualdade digital exige ações que articulem dimensões pedagógicas, institucionais e políticas. No campo pedagógico, torna-se necessário desenvolver práticas educativas que considerem as diferentes condições de acesso às tecnologias por parte dos estudantes, buscando estratégias que ampliem as possibilidades de participação e aprendizagem. No plano institucional, torna-se fundamental fortalecer políticas de inclusão digital que garantam acesso a equipamentos, conectividade e infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades educacionais.

Além disso, a formação docente para o uso crítico e pedagógico das tecnologias digitais constitui elemento central nesse processo. Professores precisam ser preparados não apenas para utilizar ferramentas tecnológicas, mas também para refletir sobre seus limites e possibilidades no contexto educativo. A tecnologia, nesse sentido, deve ser integrada às práticas pedagógicas de forma crítica, consciente e articulada com outras estratégias de ensino.

Por fim, a Educação Profissional e Tecnológica apresenta-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas educativas comprometidas com a formação humana integral e com a democratização do acesso ao conhecimento. Ao articular ciência, tecnologia, cultura e trabalho, a EPT pode contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente as transformações da sociedade contemporânea e de atuar de maneira responsável e participativa na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Assim, as reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho reforçam a compreensão de que a tecnologia pode e deve ocupar lugar relevante na educação, mas jamais como substituta da escola, do professor ou dos processos formativos que

dependem da interação humana, da leitura crítica e da construção coletiva do conhecimento. É nesse horizonte que pretendo orientar minha futura atuação docente, buscando contribuir para a construção de uma educação pública que valorize tanto o acesso às tecnologias quanto o desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de formar sujeitos críticos, autônomos e socialmente comprometidos.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, M. H. M. B. Pesquisa (auto)biográfica no Brasil: da aventura à insubordinação. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, [S. l.], v. 9, n. 24, p. e1153, 2024. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2024.v9.n24.e1153. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/rbpab/article/view/20502>. Acesso em: 16 mar. 2026.

SOUZA, Átila de; LIRA, J. S. B. de; PINTO, A. C. de O. **Desigualdades digitais e educação: o impacto do acesso desigual à tecnologia na promoção da equidade educativa no Norte do Brasil (2015-2024)**. Revista FT, v. 29, n. 144, 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/desigualdades-digitais-e-educacao-o-impacto-do-acesso-desigual-a-tecnologia-na-promocao-da-equidade-educativa-no-norte-do-brasil-2015-2024/>. Acesso em: 16 mar. 2026.

ARRUDA, Eucidio Pimenta. **Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19**. *EmRede – Revista de Educação a Distância*, v. 7, n. 1, p. 257–275, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 16 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 mar. 2026.

CARDOSO, Cristiane Alves; FERREIRA, Valdivina Alves; BARBOSA, Fabiana Carla Gomes. **(Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto**. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, Brasília, DF, v. 7, n. 3, p. 38-46, 2020. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/929/554>. Acesso em: 16 mar. 2026.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.br). **TIC Educação 2022: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras.** São Paulo: CGI.br, 2022.

CIAVATTA, Maria. A FORMAÇÃO INTEGRADA A ESCOLA E O TRABALHO COMO LUGARES DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 3, n. 3, 2005. DOI: 10.22409/tn.3i3.p6122. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 16 mar. 2026.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. **O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação.** *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, Brasília, DF, v. 7, n. 3, p. 27-37, 2020. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924/553>. Acesso em: 16 mar. 2026.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 523-536, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5JPSdp5W75LB3cZW9C3Bk9c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brejo Santo – CE: panorama.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/brejo-santo/panorama>. Acesso em: 14 mar. 2026.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Regionalização do Ceará para fins de planejamento: uma proposta metodológica.** Fortaleza: IPECE, 2014. (Texto para Discussão n. 111). Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_111.pdf. Acesso em: 14 mar. 2026.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** Campinas: Papirus, 2013.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Porto Alegre: Penso, 2018.

MOURA, Dante Henrique (org.). **Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas.** Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), 2016. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/881>. Acesso em: 16 mar. 2026.

OLIVEIRA, Ana Maria Nogueira. **A pandemia e a formação integral: perspectivas para a educação.** *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, Brasília, v. 7, n. 3, p. 77-86, 2020. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/918/558>. Acesso em: 16 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Histórico da emergência internacional de COVID-19.** Washington, D.C.: OPAS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19>. Acesso em: 14 mar. 2026.

PASSEGGI, Maria da Conceição. **Narrativas autobiográficas: uma prática reflexiva na formação docente**. Colóquio Nacional da AFIRSE, v. 2, 2003.

PEREIRA, Aline dos Santos; BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. **A mediação pedagógica em escolas da Paraíba: o papel docente na construção do conhecimento escolar**. #Tear: *Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, Canoas, v.10, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/5364>. Acesso em: 16 mar. 2026.

PICÃO, Fábio Fornazieri; FRANDJI, Rosane dos Santos; UCHÔA, Elivania Alves; MARTINELLI, Luciana Costa; FERREIRA, Maria de Fátima Santos. **A atuação docente na mediação do conhecimento: competências formativas, estratégias metodológicas e práticas humanizadoras na educação contemporânea**. *Revista Missioneira*, v. 27, n. 3, 2025. Disponível em: <https://cemipa.com.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/99>. Acesso em: 16 mar. 2026.

RAMOS, Marise Nogueira. *Concepção do ensino médio integrado*. [S. l.]: Fórum EJA Brasil, 2008. Disponível em: https://homol.forumeja.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1688/439501/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 16 mar. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020. Disponível em: https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf. Acesso em: 16 mar. 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOUZA, N. M. O. de. Tecnologia, Educação e Ensino Remoto: Reflexões Pós-Pandemia. **Revista Científica FESA**, [S. l.], v. 3, n. 17, p. 163–173, 2024. DOI: 10.56069/2676-0428.2024.437. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/437>. Acesso em: 16 mar. 2026.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. ***A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores***. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Disponível em: <https://pergamumweb.udesc.br/acervo/83600>. Acesso em: 16 mar. 2026.